

GOVERNO QUER RESCINDIR CONTRATO COM ERCV

In Cifão

PARLAMENTO

**JOÃO PEREIRA SILVA
QUER AUDIÇÃO
PÚBLICA SOBRE ZDTI'S**

Pág. 4

ACTUALIDADE

**REGIONALIZAÇÃO
POLÍTICA NÃO PASSA**

Págs. 2 - 3

**MEXIDAS NA
POLÍCIA NACIONAL**

Pág. 5

AUTÁRQUICAS

**TAMBARINAS DE
ÂNIMOS EXALTADOS
EM SÃO FILIPE**

Pág. 10



Utentes insatisfeitos com farmácias de serviço

Págs. 8 - 9

A pensar na sua segurança e na salvaguarda da sua habitação,
a GARANTIA criou o Seguro Garantia Lar,
oferecendo-lhe o melhor conjunto de garantias e vantagens...
...para si, ...para a sua família, ...para a sua habitação,
Durma tranquilo com a Garantia Lar!

**GARANTIA
SEGUROS**



GOVERNO RESPIRA DE ALÍVIO

Regionalização política não passa

POR: JOSÉ VICENTE LOPES

O governo parece ter respirado de alívio ao constatar, ao fim de três dias de debates, que a tese da regionalização política foi, de todas as ideias defendidas, a que menos apoios pareceu mobilizar no atelier internacional sobre a descentralização e desconcentração, que teve lugar esta semana na capital. Ainda assim, não faltou quem prognosticasse que a “regionalização política” irá, mais cedo ou mais tarde, acabar por assentar arraiais em Cabo Verde. Será?

Em busca de consensos sobre a problemática da regionalização em Cabo Verde, o governo e a ANMCV, com apoio da Cooperação Austríaca, realizaram de segunda a quarta-feira um atelier sobre esse assunto. “*Que modelos para um pequeno Estado arquipelágico como Cabo Verde?*” era a grande pergunta a que os cerca de 100 participantes do encontro deveriam responder.

Para isso não faltaram incursões históricas: passou-se em revista os tempos desde a era colonial aos nossos dias, volvidos que são mais de 15 anos de vivência democrática tanto a nível do poder central como local. Aliás, com este último a merecer os melhores encómios tanto de oradores nacionais quanto estrangeiros. Alguns destes, de Portugal, Canárias, Maurícias e Seychelles, trouxeram as respectivas experiências, para nelas os cabo-verdianos aprenderem ou se inspirarem agora que o desafio ou a tentação da regionalização bate à porta destas ilhas.

Ao proceder à abertura do atelier, o primeiro-ministro não deixou de levantar alguns questionamentos e lançar certos avisos à navegação. Aliás, as suas reticências quanto à regionaliza-

ção política nem sequer são novidade. Elas, no geral, giram à volta dos custos (políticos e sobretudo financeiros) que um tal modelo poderia acarretar para Cabo Verde.

“*Este pequeno país de 430 mil habitantes pode sustentar uma arquitectura institucional do Estado, com governos regionais, assembleias políticas regionais, 22 câmaras municipais, 22 assembleias municipais, um governo central e um parlamento nacional que teria necessariamente de ser bicameral, para poder acomodar os interesses regionais?*”, quis saber.

“*No actual estágio, ao avançar com autarquias supramunicipais abrangendo uma ou mais ilhas, não estaremos a criar novas insularidades?*”, foi outra pergunta. E para que não houvesse dúvidas, tratou de responder: “*Tenho para mim que a regionalização administrativa é uma questão complexa que deve avançar com muita ponderação e que não deve, em caso algum, pôr em causa as conquistas do poder municipal*”, concluindo mais adiante, a ideia da “*região-plano*”, como o modelo que mais convém a Cabo Verde.

Para JMN, a questão essencial “*é aproximar o poder de decisão das pes-*

soas, pelo que pode ser mais avisado, por um lado, consolidar o municipalismo — que ainda tem muitas potencialidades — e, por outro, garantir uma melhor integração das ilhas, através de um sistema eficaz de transportes e comunicações apoiadas nas TIC, em vez de criar mais níveis hierárquicos e estruturas de decisão”.

Menos reticente se mostrara o presidente da ANMCV e edil do Paul, orientando o seu discurso inaugural do encontro, tendencialmente, para uma regionalização política. Defensor de uma “*segunda vaga*” de descentralização política em Cabo Verde, Américo Silva entende que o princípio da “*reorganização*” do Estado está dado e o mesmo aponta para a “*regionalização*”.

E quanto aos supostos monstros que podem surgir desta caixa de Pandora, entre eles o da quebra da unidade nacional, o homem do Paul contrapõe: “*O que mina mais a unidade e a coesão nacional é o agravamento das disparidades entre os vários grupos sociais e entre as várias ilhas. Ora, a criação das regiões se não vai acabar com essas disparidades vai certamente contribuir para as atenuar*”.

SUPERCOMPRA

Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda. Sempre Consigo

Rua Angélica nº 23 - S. Vicente
Telef. 232 31 57 - Fax. 232 31 54
Móvel. 997 98 53



Barlavento e Sotavento

Dado o mote, ou definidas as balizas em que o atelier deveria ocorrer, a primeira nota saliente acabou por vir de Carlos Veiga. Este ex-primeiro-ministro, e duas vezes candidato à Presidência da República, surgiu a defender a “região/ilha como autarquia local supramunicipal”. Veiga criticou, inclusive, a proliferação de municípios, sugerindo que durante muitos anos não se deveria voltar a falar em novas autarquias.

Tendo como referência a Constituição, o orador procurou situar a problemática da descentralização, sobretudo, no domínio da reforma geral do Estado como algo decorrente do regime político e da natureza do país. Para Veiga, apesar das dificuldades, Cabo Verde está “forçado a prosseguir o seu processo de descentralização territorial”, sendo que esta “não pode ser vista como um fim em si mesma”, nem tão-pouco como algo a ser encarado ou concebido “numa perspectiva de curto prazo”.

Este orador alega que cada ilha detém a sua própria identidade sócio-cultural, os cidadãos identificam-se mais pela sua pertença a uma ilha do que a um concelho, daí a necessidade, também, de encontrar um sistema que satisfaça esse sentimento. Do ponto de vista institucional, segundo ele, cada ilha “deve ter a sua assembleia eleita e um órgão colegial executivo perante aquela responsável, como prevê a CR”. A única excepção seria a Cidade da Praia, dona de um estatuto próprio. Em resumo, defende, a existência de ilha/região “deve implicar um pendor regionalizante na elaboração, e uma significativa regionalização na execução do Orçamento do Estado”.

No entanto, apesar das reticências ou dos avisos à navegação, não faltou quem continuasse a defender para Cabo Verde uma regionalização política, com todas as suas implicações. É o caso de Onésimo Silveira, o pioneiro, diga-se, da introdução deste debate na agenda política cabo-verdiana. Ele próprio, para não deixar os créditos em outras mãos, recordou a iniciativa do PTS e do Espaço Democrático, que nos anos 90 realizou um encontro sobre o assunto, no Mindelo. Volvidos mais de 10 anos, Silveira retoma não só a “regionalização política”, como advoga um modelo de regionalização que contemple, inclusive, “regiões” fora do território de Cabo Verde, para satisfazer a diáspora.

Captados que foram, por ele, sinais de “reticências sobre a regionalização”, Silveira lança-se contra os “profetas da desgraça”, na certeza de que ela, a regionalização, “é inevitável”. Porém, também ele aconselha calma, pois reconhece que o processo deve ser conduzido “sem pressas desnecessárias, mas com firmeza, dentro de um quadro político supra-partidário, com respeito pelas



especificidades da nossa sociedade e vazada num modelo que assegure o desenvolvimento político e económico harmonioso e sustentado de Cabo Verde”.

Uma outra reflexão que deu nas vistas foi a de Wladimir Brito, não só por ele ser quem é (um dos principais autores da Constituição), como também pelas propostas e críticas que apresentou em relação à regionalização e até à própria CR. Ainda que se mostre a favor da consagração de duas regiões, Barlavento e Sotavento, WB descartou, todavia, a ideia de “regiões autónomas”. No seu ponto de vista, a existência nestas paragens de uma “regionalização político-administrativa” é “um pouco excessiva”, dado que “o país não tem nem dimensão, nem população que justifique uma solução dessa natureza”.

REGIÃO-PLANO

Dos debates realizados, pareceu prevalecer a linha mais ou menos traçada pelo governo, isto é, de um modelo que contemple a região-plano, por se mostrar menos fracturante do ponto de vista político, como também a menos onerosa financeiramente. Alguns participantes, designadamente autarcas,

quiseram saber quem vai assumir a factura: se o governo se os municípios. Portanto, foi com alívio que as hostes do governo receberam o “sufrágio” da “região-plano”, esconjurando por ora, pelo menos, a ideia da “região política”.

“O mais importante neste momento em Cabo Verde”, desabafou José Maria Neves depois à imprensa, “não é aumentar estruturas, não é um desenho que leve à macrocefalia do Estado, mas criar dinâmicas fortes de crescimento e competitividade de cada uma das ilhas”.

Para os participantes o atelier valeu, sobretudo, pela clarificação dos conceitos em torno da regionalização, descentralização, desconcentração... “Havia muita gente a pronunciar estas palavras sem saber, ao certo, do que estava a falar”, afirmou um dos participantes, num dos intervalos do atelier. Para Isaura Gomes, a partir do momento em que os conceitos ficaram claros, toca agora a partir para a frente.

Aparentemente, é o que o governo conta fazer, conforme o ministro da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território. “A ideia agora é levar o debate à sociedade”, diz, fora os instrumentos legais que vão ser produzidos com vista a estabelecer “a nova divisão administrativa” do país, adianta Ramiro Azevedo.

“Vamos avançar com regiões-plano”



O governo vai avançar com o modelo de “regiões-plano” para todo o país. Quem o afirma é José Maria Neves, que diz ter na forja um conjunto de medidas que vão concretizar as conclusões do atelier desta semana. “Em primeiro lugar vamos continuar o diálogo, agora, com a sociedade civil”, explica. “Posto isto, o governo vai discutir o problema da desconcentração e criar condições para a implementação do planeamento regional, no quadro da Lei de Bases do Planeamento, podendo avançar, eventualmente, com regiões-plano”.

No capítulo da desconcentração, JMN admite que o executivo conta designar um representante seu a nível de cada ilha, para coordenar todos os serviços e departamentos do Estado nelas existentes. Actualmente, note-se, há a figura do delegado, nomeadamente, da Agricultura, Educação, etc., que

trabalham em contacto com o Palácio da Várzea, na Praia.

Esta solução integra-se, segundo JMN, na tal “solução híbrida” por ele referida quando levado a comentar as propostas de Wladimir Brito. Este constitucionalista, recorde-se, defende o reforço do municipalismo em Cabo Verde, com a consagração das duas regiões (Barlavento e Sotavento), tradicionalmente existentes em Cabo Verde, ligadas entre si através de redes institucionais e de solidariedade.

“Nessa ‘solução híbrida’”, conclui JMN, “o Estado terá um representante seu em cada ilha para coordenar os serviços desconcentrados e, ao mesmo tempo, poderá haver uma região-plano que abrangeria dois ou três grupos de ilhas. Do nosso ponto de vista, a divisão Barlavento e Sotavento já não se coaduna com a realidade cabo-verdiana”.

A Comissão Parlamentar de Inquérito que vai averiguar a gestão das Zonas de Desenvolvimento do Turístico Integrado (ZDTIs) adiou, para o próximo dia 30 de Maio, a audição, prevista para começar no dia 9, do antigo ministro da Economia, Crescimento e Competitividade. É que, face às especulações sobre o caso, João Pereira Silva compareceu ao Palácio da AN acompanhado do advogado Amadeu Oliveira e requereu, nos termos da Lei nº 110/V/99, que os trabalhos decorressem de forma pública e com a presença da comunicação social. Tal exigência irritou os deputados do MpD membros da CPI, presidida por Janine Lélis, que, por ora, recusa pronunciar-se sobre este dossier.



INQUÉRITO PARLAMENTAR SOBRE AS ZDTIS

João Pereira Silva requer audição em sessão pública

A audição do antigo MECC, sobre as ZDTIs e as alegadas irregularidades no contrato celebrado entre a Sociedade Lusa do Negócios (SLN) e a Sociedade de Desenvolvimento das Ilhas de Boa Vista e Maio (SDIBM), estava prevista para começar às 9h de terça-feira última, na Assembleia Nacional. Contrariamente ao habitual, João Pereira Silva chegou acompanhado do seu advogado e iam chegando outras pessoas de suas relações.

Diante disso, a presidente da CPI, Janine Lélis, manifestou a sua estranheza por estarem na sala pessoas que não foram convocadas, nomeadamente o advogado Amadeu Oliveira. Pereira Silva exigiu que a audiência decorresse de forma pública, fazendo questão que, nos termos da lei, Oliveira e outras pessoas convidadas permanecessem no local. “A CPI reuniu de imediato e decidiu, por unanimidade, pela audição pública de JPS no dia 30 de Maio, em hora a indicar”, avança um dos envolvidos no processo.

Este facto foi interpretado, entre os

ventoinhas, como uma tentativa de João Pereira Silva “fugir com o rabo à seringa” e não colaborar com a Comissão Parlamentar de Inquérito criada para averiguar a gestão das ZDTIs. Uma matéria que foi, de imediato, retomada no “*Liberal*”, diário digital próximo ao maior partido da oposição.

Abordado por este jornal, João Pereira Silva fez saber, através do seu advogado, que vem sendo julgado em plena praça pública, pelo que é justo que as suas declarações sejam ouvidas directamente pelo público, de modo a eliminar opiniões subjectivas e “riolas” do tipo disse que disse. “Quando a presidente da CPI (Janine Lélis, do MpD) colocou a questão da presença de Amadeu Oliveira na sala, o Eng.º João Pereira Silva recusou ser ouvido em privado, e requereu, ao abrigo da alínea c) do nº2 do Artº16 do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares (Lei nº 110/V/99), que os trabalhos decorressem de forma pública, com a presença na sala não só do seu assistente Amadeu Oliveira, como também de to-

dos aqueles que queiram inteirar-se da verdade, incluindo jornalistas e público em geral”.

Oliveira acrescenta que Pereira Silva além de pretender demonstrar que nada tem a esconder, quer evitar que se venha a manipular os factos conforme a conveniência política de cada qual, como aconteceu, no passado dia 10, num artigo publicado no “*Liberal*”. “Nessa nota jornalística, o ex-ministro da Economia é acusado de ter criado um incidente ao requerer o adiamento da sua audição, e como prova da sua culpabilidade o jornal diz que ele fez-se acompanhar do seu advogado como quem ‘teme porque está a dever’ e é brutalmente acusado por ter-se feito acompanhar pelo seu assistente jurídico Amadeu Oliveira. Ora, como se vê, Pereira Silva não pediu nada de mais e não é verdade que ele quer ‘fugir com o rabo à seringa’, diz Oliveira. “Ademais”, acrescenta, “convinha referir que – como ele, Pereira Silva, não foi nunca notificado de forma válida e legal para comparecer perante a Comissão, nem

sequer lhe foram enviadas as passagens, pois, actualmente, reside na Boa Vista e a sua audição é na cidade da Praia – o mesmo até poderia usar essas desculpas para não comparecer perante a CPI, como Gualberto do Rosário fez aquando da Comissão Parlamentar sobre o caso ENACOL”, realça o advogado.

Contactada por este jornal, a presidente da CPI, Janine Lélis, recusou falar sobre esse caso, alegando que, nos termos da lei, deve pautar-se pela confidencialidade e sigilo relativamente aos trabalhos da Comissão. A mesma que ouviu anteontem, 11, o antigo presidente de Cabo Verde Investimentos, Paulo Monteiro.

Até 7 de Maio próximo, a CPI deverá auscultar várias outras entidades e personalidades nacionais, como são os casos do actual presidente da CI, Victor Fidalgo, e os presidentes das Câmaras Municipais que têm ZDTIs, entre outras. Esta comissão de inquérito tem o prazo de 180 dias para apresentar ao parlamento o seu relatório final para efeito de apreciação e aprovação.

Alirio Dias de Pina



MODERNO

Uma firma eficiente para lhe servir







• Importação e comercialização de viaturas novas (Toyota, Ford e Daihatsu) e venda de veículos usados de todas as marcas, peças e acessórios, com entrega imediata. Oficina especializada em todas as marcas.

A sua empresa de aluguer de viaturas, com uma frota moderna de Ford Mondeo motor diesel 2.0DICI, ar condicionado, vidros eléctricos, fecho central e rádio cassete.

Sede-Oficina (Stand Moderno/Rentauto) Avem. Manuel de Matos • CP - 136 • Tel.: 2319664 • Fax: 2319706 • Loja: Rua Franz Fannon-43 • Tel.: 2315152-9918296-9966592 • Fax.: 23274705 • Vicente - Cabo Verde • E-mail: standmoderno@cvtelecom.zv

Mexidas na Polícia Nacional



O director da Polícia Nacional, Carlos Graça, está a desenvolver contactos para proceder a mudanças nas chefias dos diferentes departamentos centrais e comandos regionais da PN. Fontes de **A Semana** avançam que a alteração mais significativa poderá acontecer no Comando Regional na POP da Praia, onde o comissário Alcides da Luz poderá ser substituído pelo seu colega Guilherme Cardoso, o actual director do Quartel Escola Daniel Monteiro.

A possível saída de Da Luz da estrutura policial da Capital está sendo vista como "uma despromoção", já que ele passará a ser o adjunto do chefe da Unidade Especial, subintendente Benvindo Monteiro, ocupando-se somente do destacamento da segurança pessoal. É que, segundo as nossas fontes, até recentemente e por causa da situação de insegurança que se vivia na Capital, foi o director Nacional Adjunto, superintendente Adalberto Coelho, quem, na prática, vinha assumindo o Comando Regional da POP da Praia.

Mas as mexidas na PN não ficam por aí.

O comissário Manuel António Alves é tido como o eventual sucessor de Guilherme Cardoso na chefia da Escola Daniel Monteiro. Alves encontra-se, desde há muito, sem função específica na Direcção de Formação da DN da Polícia Nacional.

Carlos Graça também já abordou o comissário Daniel de Pina, actual responsável das Operações, para assumir o Comando Regional da POP do Sal, mas este condicionou a sua transferência a um novo enquadramento, ou seja, depois da sua promoção a subintendente, a que tem direito. A confirmar tal proposta, Pina substituirá o comissário José João de Pina, que poderá ser chamado a exercer o cargo de assessor do Ministro da Administração Interna, Júlio Correia, ou assumir o comando da Polícia de Trânsito na Capital.

Ainda de acordo com as fontes deste jornal, Pedro Sanches, comandante do Corpo de Intervenção, poderá ser indicado para o cargo de director do Departamento das Operações, que até esta vinha sendo dirigido por Daniel de

Pina. O director da Logística, Eugénio Fernandes, pode, por seu turno, ser colocado à frente da Esquadra da Boa Vista ou do Comando Regional da POP de Santo Antão.

Para este último, fala-se na possível substituição do comissário Manuel Monteiro que, segundo alguns policiais, entrou em choque com os chefes das esquadras da POP do Porto Novo e do Paul. "Mas Monteiro dificilmente aceitará a sua transferência para S. Vicente para, como perspectivam alguns dos seus colegas, trabalhar como adjunto do comandante regional, comissário Tito Barros. Diante de tudo isso, a DN da Polícia Nacional vai ter que encontrar uma outra solução ou então transferir os chefes das esquadras do Porto Novo e Paul para uma das outras ilhas de Cabo Verde", prognostica um dos informantes deste semanário.

Entretanto, paralelamente ao processo de reestruturação em curso, a PN tem agendado, de 18 de Abril a 24 de Maio próximo, curso "Direcção e Estratégia Policial", destinado aos seus quadros superiores. O curso surge

no âmbito do projecto de Cooperação Técnico-Policial para 2007 entre Cabo Verde e Portugal e tem ainda como objectivo ministrar à PN ensinamentos nas vertentes de políticas públicas de segurança e de criminalidade internacional, de gestão e administração e direito policial. Tem, por outro lado, características essenciais ao reconhecimento para promoção a Oficial Superior da PN. "Os subintendentes não serão sujeitos a avaliação. De igual modo, os Comissários que já frequentaram este curso em Portugal também não serão sujeitos a avaliação e só participarão nele caso queiram", salienta uma circular da direcção de formação, assinada pelo seu director, João Varela Gonçalves.

Mas os mais de 10 comissários, que aguardam a promoção desde há muito, discordam, porém, desta perspectiva, alegando "tratar-se de uma injustiça", já que os seus colegas, que recentemente foram promovidos por mérito, não frequentaram qualquer curso para o efeito.

Alirio Dias de Pina

Sexta-feira, 13 de Abril de 2007

Actualidade



Cabo Verde Shipping Agency, Lda.

De porto em porto até si.

PORTS	VESSELS EASTSTAR		REMO II		EASTSTAR		REMO II		EASTSTAR		REMO II		EASTSTAR		REMO II	
	VOY	22.711	22.712	22.713	22.714	22.715	22.716	22.717	22.718	22.719	22.720	22.721	22.722	22.723	22.724	22.725
LE HAVRE	eta	08 Mar	17 Mar	28 Mar	06 Abr	16 Abr	27 Abr	07 Mai	18 Mai	28 Mai	08 Jun	18 Jun	29 Jun			
Watson Brown	etd	08 Mar	17 Mar	28 Mar	06 Abr	16 Abr	27 Abr	07 Mai	18 Mai	28 Mai	08 Jun	18 Jun	29 Jun			
ANTWERP	eta	08 Mar	17 Mar	28 Mar	06 Abr	16 Abr	27 Abr	07 Mai	18 Mai	28 Mai	08 Jun	18 Jun	29 Jun			
ACSA92	etd	08 Mar	17 Mar	28 Mar	06 Abr	16 Abr	27 Abr	07 Mai	18 Mai	28 Mai	08 Jun	18 Jun	29 Jun			
ROTTERDAM	eta	09 Mar	18 Mar	28 Mar	06 Abr	16 Abr	27 Abr	07 Mai	18 Mai	28 Mai	08 Jun	18 Jun	29 Jun			
Cross Ocean	etd	10 Mar	20 Mar	30 Mar	07 Abr	20 Abr	28 Abr	11 Mai	19 Mai	01 Jun	09 Jun	22 Jun	30 Jun			
LEIXÕES	eta	21 Mar	25 Mar	04 Abr	14 Abr	24 Abr	05 Mai	16 Mai	26 Mai	06 Jun	16 Jun	27 Jun	07 Jul			
Transinsular	etd	22 Mar	26 Mar	04 Abr	16 Abr	26 Abr	07 Mai	16 Mai	28 Mai	06 Jun	18 Jun	27 Jun	09 Jul			
LISBOA	eta	13 Mar	27 Mar	05 Abr	17 Abr	27 Abr	08 Mai	17 Mai	29 Mai	07 Jun	19 Jun	28 Jun	10 Jul			
Transinsular	etd	20 Mar	27 Mar	05 Abr	17 Abr	27 Abr	08 Mai	18 Mai	29 Mai	08 Jun	19 Jun	29 Jun	10 Jul			
LAS PALMAS	eta	23 Mar	30 Mar	08 Abr	20 Abr	30 Abr	11 Mai	21 Mai	01 Jun	11 Jun	22 Jun	02 Jul	13 Jul			
Bérge	etd	24 Mar	31 Mar	09 Abr	21 Abr	01 Mai	12 Mai	22 Mai	02 Jun	12 Jun	23 Jun	03 Jul	14 Jul			
SÃO VICENTE	eta	29 Mar	03 Abr	12 Abr	24 Abr	04 Mai	15 Mai	25 Mai	05 Jun	15 Jun	26 Jun	06 Jul	17 Jul			
CSA	etd	29 Mar	03 Abr	12 Abr	24 Abr	04 Mai	15 Mai	25 Mai	05 Jun	15 Jun	26 Jun	06 Jul	17 Jul			
PRAIA	eta	27 Mar	04 Abr	13 Abr	25 Abr	05 Mai	16 Mai	26 Mai	06 Jun	16 Jun	27 Jun	07 Jul	18 Jul			
CSA	etd	28 Mar	05 Abr	15 Abr	26 Abr	07 Mai	17 Mai	28 Mai	07 Jun	18 Jun	28 Jun	09 Jul	19 Jul			
BISSAU	eta	---	07 Abr	17 Abr	28 Abr	09 Mai	19 Mai	30 Mai	09 Jun	20 Jun	30 Jun	11 Jul	21 Jul			
Agemar	etd	---	08 Abr	18 Abr	29 Abr	10 Mai	20 Mai	31 Mai	10 Jun	21 Jun	01 Jul	12 Jul	22 Jul			
LEIXÕES	eta	04 Abr	14 Abr	24 Abr	05 Mai	16 Mai	26 Mai	06 Jun	16 Jun	27 Jun	07 Jul	18 Jul	28 Jul			
Transinsular	etd	04 Abr	16 Abr	24 Abr	07 Mai	16 Mai	28 Mai	06 Jun	18 Jun	27 Jun	09 Jul	18 Jul	30 Jul			

Obs.: (a) O transporte até Leixões será efectuado pelo n/m KARIN da TRANSINSULAR

(b) Subject inducement

SANTIAGO – PRAIA

João Nunes

Rua Visconde S. Januário nº12 – Caixa Postal 501 – PRAIA

Tel: +238 2 611179 * Fax: +238 2 611198

e-mail: csa.com@cvtelecom.cv

S. VICENTE – MINDELO

Lucas Monteiro

Rua Angola – Prédio Miguel Coronel R/C – MINDELO

Tel: +238 2 322750 * Fax: +238 2 32275

e-mail: csa.vxe@cvtelecom.cv



STORKSHIP

A ARTE DE VENCER

A adversidade desperta em nós capacidades que, em circunstâncias favoráveis, teriam ficado adormecidas. Horácio



JOSÉ MARIA VARELA

“
como foi possível driblar a escola durante estes anos
 ”

A partida do jovem estudante Edson Freire para o Brasil, a fim de prosseguir os seus estudos – desta vez numa universidade – é notícia na televisão e jornais prova de que o sonho é possível. E quanto maior a dificuldade, tanto maior o mérito em superá-la. Lembro-me dele, numa reportagem sobre a toxicodependência exibida na televisão e em que com assinalável bravura lutava para reverter a situação, estando na altura no Liceu Domingos Ramos. Recorde-se que os seus pais eram toxicodependentes, com uma dezena de filhos enfrentando carências e vivendo numa casa sem as mínimas condições de habitabilidade. Fruto do esforço pessoal e da contribuição de pessoas sensibilizadas com a sua trajectória de vida e que se dispuseram a fazer um “djunta-mó” para pagar a sua passagem e custear os estudos, rumou para o Brasil, há uma semana. Este rapaz do bairro de Lém-Cachorro, na Praia, é um exemplo de perseverança e determinação para a malta da sua geração e não só.

Pelos ingredientes desta estória, pelos episódios já conhecidos, pela garra do nosso protagonista, tudo leva a que acreditemos num final feliz. Mas nem sempre é assim. Há quem esmoreça face a uma bateria de obstáculos e necessita de quem lhe dê a mão. Essas âncoras são a família, a escola, a sociedade ... No

caso deste jovem, a primeira estrutura a entrar em colapso é a própria família. E, felizmente, verificou-se uma reacção da sua escola (ou de alguns professores) no sentido de se construir uma teia de solidariedade e que se mostrou de uma importância decisiva. Para além do papel clássico de instruir, a escola deverá ser igualmente um espaço privilegiado para a promoção e fortalecimento de valores sócio-culturais, cívicos, quando começa a ser preocupante a tendência que se verifica nesta terra, para uma certa inversão de valores. E para a escola poder cumprir esse papel, os professores deverão ter como grandes aliados, os pais, encarregados de educação e a comunidade – o que seria a situação ideal. Se, com apesar de alguns destes pilares terem claudicado, o nosso jovem teve genica para sobreviver aos destroços, isso nem sempre acontece. Há casos em que, aparentemente, em casa os problemas são inexistentes ou insignificantes. Mas nem por isso se propiciam as condições para o estudo, principalmente de quem mais precisa.

Tal é o caso de um jovem amigo meu que vive na Achadinha, a dois passos da escola do Bairro Craveiro Lopes. É deficiente motor, hoje com 15 anos e não frequenta nenhum estabelecimento de ensino, tal como quando o conheci, há mais de três anos. Conversador e espirituoso,

portador de um lote de piadas para contar e justificações para não frequentar a escola. A última, deste fim-de-semana é que já não estava na idade de frequentar turmas de “mininos piquinotes.” Antes, dizia que não tinha um carrinho de rodas para se deslocar à escola, desculpa que no presente já não cola. E a pergunta que se impõe é: como foi possível driblar a escola durante estes anos todos na barba-cara dos pais e encarregados de educação?

Hoje, ele é uma presença assídua do cais de pesca da Praia e da beira da porta de um posto de venda de combustível da Avenida Cidade de Lisboa. Do cais, sempre consegue levar para casa uns peixinhos ou uns trocados. Na bomba de gasolina, a expectativa também é de conseguir algumas moedas. Tenho-lhe dito que se tivesse estudado, em vez de “estacionar” à porta e ficar à mercê de caridade alheia, poderia ser o gerente desse estabelecimento, o que lhe faz rir. Pena é que esse sorriso não deixa transparecer nenhuma ambição. Actualmente, regista-se uma mudança de mentalidade em relação ao deficiente que, cada vez, é melhor inserido na sociedade e no mercado de trabalho. Mas por este andar, a estória deste meu amigo e a do Edson Freire parecem escritas com letras muito diferentes. E as perspectivas de futuro também.

Opinião

semana Sexta-feira, 13 de Abril de 2007



CABO VERDE
RENT-A-CAR

CABO VERDE RENT-A-CAR





TOYOTA
HILUX



Ford
MONDEO



TEROS

CABO VERDE MOTORS

Telf.: 260 0138 | Fax: 263 3589 | Mvl.: 997 9256



RADAR

Luxo I

Vejam só, não obstante todos os problemas que a empresa vem enfrentando e sobretudo às críticas contundentes dos clientes, a Electra prepara-se para desembolsar 4.500 contos para assinalar “*ku tudu si luz*” os seus 25 anos. Ninguém está contra a festa das bodas de prata da Electra, e um quarto de década de vida precisa ser comemorada, à moda cabo-verdiana, “*ku bons comes e bebes*”. Mas será que justifica gastar tanto dinheiro quando a empresa passa a vida a chorar miséria?? Bom, pelo menos, quem estiver por perto tem garantida a electricidade, “*pamodi na festa di Electra sukuru ka ta entra*”! ■

Luxo II

A situação é tão caricata que alguns trabalhadores se dizem constrangidos com a festança que a Electra está a preparar e cujo ponto alto acontecerá na próxima quarta-feira, com a presença do ministro da Economia, Crescimento e Competitividade. Tudo indica que Britô é quem vai presidir a cerimónia de inauguração de um novo gerador em S. Vicente. Esta festa da Electra até lembra outras em determinadas empresas, que também passam a vida de mãos estendidas. ou então descontam nos seus trabalhadores. ‘*É si, korda ta rabenta sempri na más fráku...*’ ■

Paridade

A rezar, como deve ser pela cartilha dos brancos – que não funciona na terra deles – Cabo Verde já tem paridade política, pelo menos no Porto Novo. A paridade existe nas relações entre o MpD, que tem líder no feminino, e o PAICV, com líder no masculino. E como aprendemos rápido, qualquer dia estamos a ensinar aos donos da cartilha, que no Senado americano devia haver paridade, que na política portuguesa as mulheres deveriam aparecer em posições elegíveis durante as eleições, que deveria haver mais ‘*parfum de femme*’ no parlamento francês... Cab Verde e só! ■

Gaffe

Por falar nos brancos, o líder do MpD deve tomar mais tino para não baralhar os cabo-verdianos. Ao receber há dias o eurodeputado português Paulo Casaca, Jorge Santos rasgou, depois, incontidos elogios ao homem como se tivesse, finalmente, encontrado a sua alma gême, apresentando-o como deputado do CDS/PP, partido da mesma família ideológica do MpD e que caso o MpD estivesse no governo, então sim, a parceria com a União Europeia já estaria no papo, com apoios como o de Casaca e do partido deste. **Radar**, confessa, na hora sentiu que alguma coisa não estava bem, mas depois viu onde estava a confusão. Então um eurodeputado do PS, que vem a Cabo Verde a convite do PAICV, só porque é recebido pelo ‘*boss*’ do MpD é ungido dirigente do CDS/PP?! A conversa foi assim tão boa a ponto de o chefe dos ventoinhas já não saber a que família ideológica pertence? Até o coitado do Expri caiu na esparrela do Jorge. Há coisas que não deviam ser permitidas em política. ■

Prazo

O mau hábito crioulo de querer estar “*fixe*” com todo o mundo, terminou a 31 de Março para todos os táxis da capital: agora só operam os da cor bege. E enquanto alguns táxis ainda tardam em respeitar esse prazo, os que estão na legalidade começam a sentir os bolsos engrossar no fim do dia. É que com os táxis a apresentarem cara nova os “*clans*” já não atrapalham como dantes. ‘*Gosi bida stá complicadu*’. Resultado: boa parte já foi para a reforma. Os que ainda persis-

tem estão facilmente identificáveis: circulam com um grande VENDE-SE no pára-brisas. ■

TV5? Non, Merci!

A única casa de São Vicente – e quem sabe de Cabo Verde – que não consegue captar as imagens e o som da TV5 no país é, pasme-se, a Aliança Francesa do Mindelo. E tudo porque lá, onde a língua francesa é obrigatória, não existe uma simples antena. Para quem defende tão veementemente a “*Língua do Amor*” fica estranho, até porque a transmissão é em sinal aberto e não se paga nada. Lá para os lados da AF, dizem, as prioridades são outras. ■

Rasteira I

Parece que a relva de qualidade inferior – apenas uma estrela nas categorias da FIFA – colocada no “*Adérito Sena*” é resultado de uma baita rasteira que uma empresa portuguesa do ramo passou à Câmara de São Vicente. Ninguém quer falar no assunto, mas bocas que circulam por Mindelo dão conta que a autarquia pagou 45 mil contos cash a uma empresa lusa, que deveria fornecer uma relva certificada pela FIFA com duas estrelas. Só que a CMSV não exigiu nenhuma garantia bancária para salvaguardar o negócio. E assim, na ‘*mansu, mansu*’ a empresa foi deixando a cena de fininho e misteriosamente decretou falência e desapareceu no mundo. Pois é, assim vai o nosso mundo, uns traficam droga outros negociam cambalacho. E assim certos empresários estrangeiros vão vivendo à custa da inocência do crioulo. ■

Rasteira II

Para não ficar ainda pior na fotografia, principalmente porque o dinheiro veio de um empréstimo bancário que a CMSV vai ter de carregar por largos anos, parece que Zau e sua equipa lá fizeram alguns truques e conseguiram lá uma relva, mesmo sendo de menor qualidade para tapar o buraco. Só que, agora, sempre que alguém diz que a relva não será certificada pela Fifa, a Câmara cai-lhe em cima e começa a ver motivos obscuros para perguntas incómodas. Mas convenhamos, 45 mil contos davam para comprar uma relva FIFA duas estrelas e trazer alguns trocos para casa. ■

Rasteira III

A última da Zau e equipa de magia é que vão processar a empresa Playpiso, que foi em outros tempos bastas vezes paparicado. Quando colocou o piso na Academia Carlos Alinho foi elogiada publicamente. Mas **Radar** lembra que aqui mesmo, neste jornal, chegou-se a questionar esse negócio envolvendo tanto dinheiro, sem concurso. Na altura, eram só rosas para a Playpiso. Agora Zau ameaça levar o administrador ao tribunal. É caso para dizer, mudam-se os tempos, mas também as qualidades e sobretudo as vontades!!! *Né d’vera?* ■

Ginástica

Um presidente de uma instituição anda a fazer poupança ao extremo. Até aí tudo bem. O problema é quando a sua poupança de tostões põe em risco a saúde dos funcionários. Foi o que

aconteceu quando, ao invés de disponibilizar água de garrafa, colocou água de rede nas garrafas existentes. O resultado é que as casas de banho foram poucas para tanta necessidade. E enquanto isto o tal presidente, que não é previdente em questões de saúde, vai gastar o dinheiro da poupança lá para as bandas do Brasil, esticando um encontro de três dias para 15 dias. ■

Show off

Cabo Verde é mesmo de ir aos arames. O director de um outro serviço do ramo rodoviário, que devia dar exemplo para a população, em termos de segurança na estrada, é visto todos os dias, no percurso Achada São Filipe-Praia totalmente ligado no seu telemóvel. Deve ser porque o dito não tem tempo a perder ou, se ‘*cadjar*’, quer ganhar tempo para perseguir outros condutores que por infracções menos graves ele não perdoa. Diante disto, como fica a segurança na estrada, ilustre director? Aqui não pode haver ab-rogações, (man)tenha isto sempre em mente. ■

Semaninha

A família **A Semana** continua a crescer. Depois do Belito, da Vivalda e da Silvia, desta feita é Jaimeinho, nosso ponta de lança, fã de Pinto da Costa, a entrar no clube dos papais. Ao dito e à mamãe, Sónia, um X coração bem grande do **Radar** pela chegada de Lidia. ■

Cuidado

Se ainda não se deu conta, cuidado, hoje é sexta-feira, 13. Todo o cuidado é pouco, manda a tradição. Pelo sim e pelo não, evite passar debaixo da escada, evite gato preto, não parta nenhum espelho, não corte unhas (deixe para amanhã, sábado ou domingo)... Como diz o outro, yo no creo en brujas pero que las hay las hay. ■

CABO VERDE RENT-A-CAR



TOYOTA





CABO VERDE
RENT-A-CAR



Ford





Peugeot



CABO VERDE MOTORS

Telf.: 260 0138 | Fax: 263 3589 | Mvl.: 997 9256

O crescimento da cidade da Praia, através de um multiplicar de bairros, já não se compadece com uma única farmácia de serviço num dia ou, sobretudo, numa noite. Se o número de farmácias cresceu nos últimos anos no maior centro urbano do país, o sistema de farmácias de serviço mantém-se igual, com os inconvenientes daí resultantes. É o que dizem vários cidadãos que reclamam por uma mudança no sistema. Embora minimize as críticas, a directora-geral de Farmácia, Edith Maria Santos, afirma que as mudanças são para breve.

GISELA COELHO



Utentes insatisfeitos com far

Por ser algo imprevisível, os gastos com a saúde estão fora do orçamento da maior parte das famílias cabo-verdianas. Na maioria das vezes essas despesas acontecem em casos de emergência ou extremos. Os preços dos medicamentos são elevados, apesar das comparticipações. Mas este não é o único problema que um caso de última hora suscita sempre que o infortúnio nos bate a porta. A deslocação à farmácia de serviço nocturno, depois da consulta de urgência no hospital, é outra dor de cabeça.

A cidade da Praia cresceu, mas o sistema de farmácias de serviço é o mesmo de décadas atrás, quando a vida na capital se circunscrevia ao Plateau, isto é, depois do horário normal de expediente, apenas uma farmácia permanece aberta. Por isso, as reclamações em relação à Rede Municipal de Farmácias não são poucas, conforme dados recolhidos por **A Semana** junto de vários utentes. Escalas incorrectas aos fins-de-semana e a distância que a separa a casa do hospital, e este da farmácia, para além de outras situações, estão na origem de tanta insatisfação.

A agravar a situação daqueles que procuram o Hospital Agostinho Neto (HAN) na sequência de um problema de saúde de urgência há o facto de os autocarros terminarem o seu trabalho diário às 21h30. Por isso, a partir dessa hora, o táxi é o único meio disponível para quem não tem trans-

porte próprio. Assim o problema complica para os mais carenciados, que, não poucas vezes, têm de catar todos os tostões para os medicamentos.

Há quem defenda que a saída pode passar pela existência de uma farmácia em regime nocturno, no próprio hospital, para assegurar os medicamentos de quem recorre à noite às urgências. Esse serviço minimizaria os custos e pouparia os incómodos na deslocação.

Uma das pessoas ouvidas por **A Semana** exemplifica com o caso de alguém que mora na Achadinha e tem que se deslocar ao Palmarejo para comprar os medicamentos, quando já teve de ir ao hospital. “*Torna-se muito complicado, não só por causa dos transportes, mas pelo incómodo que causa a quem está doente*”, argumenta.

Outros apontam situações em que o medicamento prescrito pelo médico não existe ou está esgotado na farmácia de serviço. É aqui que os problemas se complicam também. Isto porque os farmacêuticos só fazem o horário de expediente normal, deixando o horário da noite a um técnico de farmácia ou apenas a um vendedor, que nem sempre consegue resolver os problemas colocados pelo cliente. À partida, quando isto acontece, o farmacêutico responsável deveria estar disponível, via telefone ou telemóvel, sempre que necessário, o que, na prática, afirmam os utentes, nem sempre se verifica.

As consequências dessa realidade podem ser graves, como mostra o exemplo de Maria Belmira Pinto. Doente de lúpus, num fim-de-semana dirigiu-se a uma farmácia na Achadinha para comprar um medicamento que tem de tomar obrigatoriamente todos os dias. Chegando lá, a farmacêutica não estava e a técnica de serviço não conhecia o fármaco receitado pelo simples facto de o médico ter colocado o nome técnico e não o comercial.

Na altura, nem a insistência de duas enfermeiras que estavam no local serviu para resolver o problema de Maria Belmira. Estando a farmacêutica incontactável, a posição da técnica foi a de que não se responsabilizava por vender coisas que não conhecia. Resultado: a doente ficou sem o medicamento e teve de esperar o dia seguinte para comprá-lo noutra farmácia, com todas as consequências que essa demora poderia ter para a sua saúde.

Quando situações do género acontecem, ou quando não há o medicamento prescrito, o doente tem que voltar ao hospital para o médico receitar outro para o mesmo efeito, voltam a reclamar os utentes. Diante de situações do género, há quem clame por um controlo mais eficaz de um serviço cujo cuidado, em termos de atendimento, faz, às vezes, a diferença entre a vida e a morte.

“*Longe vão os tempos em que a população da Praia se resumia a uns poucos milhares con-*



farmácias de serviço

centrados em bairros muitos próximos uns dos outros, o tempo em que as farmácias mais conhecidas eram a Higiene e a Africana, todas no Plateau e relativamente perto do hospital. Agora estão espalhadas pela cidade e não faz sentido só uma delas estar de serviço. Estamos ou não num mercado liberalizado?”, comenta uma praiense de 50 anos.

Estes argumentos são reconhecidos pelos farmacêuticos que, na maioria, defendem a existência de pelo menos duas farmácias de serviço, em vez de uma, num mesmo dia. Acreditam que só assim as farmácias podem assegurar um atendimento mais eficaz aos mais de cem mil habitantes que a Praia possui actualmente. Mas há entre a classe dos farmacêuticos quem fale em desigualdade de oportunidades na hora de garantir o serviço no sector, pois, reclamam, “as farmácias localizadas no Plateau saem beneficiadas porque estão mais próximas do hospital”.

Conscientes das dificuldades de articulação do próprio sistema, e da falta de um diálogo com as autoridades responsáveis pelo sector, diálogo este que terá em vista facilitar a vida ao utente, os farmacêuticos defendem “a descentralização do serviço de farmácia”. Acreditam que só assim será possível manter um sistema mais equilibrado e justo para todos.

PREVIDÊNCIA E EMIGRANTES

Se a localização das farmácias cria problemas para os utentes, o atraso no pagamento das participações do INPS às farmácias tem-se revelado outro foco de preocupação tanto da parte dos consumidores como dos farmacêuticos. Estes alegam que a falta de verba acaba por não lhes deixar cobrir o plafond junto dos seus fornecedores.

“Temos de lidar frequentemente com a falta de medicamentos. A Direcção Geral de Farmácia, em parceria com o próprio Ministério da Saúde, tem de arranjar um plano de acção mais eficaz”, refere um farmacêutico, consciente de que “os utentes são os mais prejudicados com a ruptura de stocks”.

Uma outra situação, soube **A Semana**, é que frequentemente, em algumas farmácias, surgem problemas nas receitas dos pensionistas emigrantes. São prescrições médicas que exigem o carimbo do INPS que fica no Plateau. Daí, queixam-se os da periferia, a maioria dessas pessoas optar por comprar nas farmácias do Plateau. Esses proprietários de farmácias gostariam que os serviços fossem descentralizados.

Directora Geral rebate críticas

Enquanto os utentes da capital se queixam da falta de eficiência no serviço da rede de farmácias, a directora-geral de Farmácia anuncia que uma nova lei, que vai regular este negócio vai ser discutida já no fim deste mês. Entretanto, em relação às queixas dos utentes e dos farmacêuticos, Edith Maria dos Santos desvaloriza-as e desafia os insatisfeitos a dirigirem-se ao seu gabinete para apresentar as reclamações, em vez de se queixarem à comunicação social.

Em relação à mudança a introduzir no sistema de farmácias, Edith Santos aponta a competitividade e o empreendedorismo como principais forças motoras da legislação a sair. Admitindo que as farmácias do Plateau têm sido beneficiadas devido à proximidade geográfica do hospital, aquela responsável garante que as novas licenças vão privilegiar localidades onde há uma maior carência do serviço.

“É preciso abrir portas à competitividade em Cabo Verde e mostrar aos directores das farmácias do país que essa competitividade não está na quantidade de farmácias mas sim na qualidade do serviço prestado”, refere.

Quanto ao número de farmácias que prestam serviço nocturno na capital, ou seja, uma única farmácia para cerca de 100 mil pessoas, directora-geral afirma que “entre o hospital, o Plateau, o Palmarejo, a Fazenda e a Achada de Santo António, a distância não é mais que cinco ou dez minutos de carro, pelo que a percepção que nós temos até agora, do contacto com os farmacêuticos, é que não se justifica a abertura de outra farmácia à noite porque elas não têm movimento”. Quanto aos que não têm carro respondeu: “Essa coisa de não ter dinheiro para comprar medicamento ou para taxi, é muito relativo porque há muita gente que diz que não pode comprar e pode mais do que eu”.

Santos refere ainda que, na maioria dos casos, num episódio de urgência as pessoas tomam a primeira medicação no hospital e não têm necessidade de andar a correr atrás de farmácias porque estão medicadas “pelo menos, até ao dia seguinte”. Contudo, muitas vezes, há casos em que o utente sai com uma receita para comprar o medicamento.

Aquela directora-geral admite falhas ao nível do serviço de escalas aos fins-de-semana e feriados, assim como admite que os farmacêuticos só fazem o horário de expediente normal e que, na maioria dos casos, fica um vendedor experiente que assegura o serviço nocturno, em vez de um técnico ou o próprio farmacêutico.

Falhas que Edith Santos e os próprios utentes esperam ver resolvidas com a nova legislação. Até porque, nisso tudo, os utentes são os principais visados, e em situações de vida ou morte faz toda a diferença se é um simples vendedor ou um farmacêutico que atende os utentes. E, também, qual a distância que se encontra a farmácia mais próxima neste que é o maior centro urbano de Cabo Verde, que não pára de crescer.

Sexta-feira, 13 de Abril de 2007

asemana

Reportagem

Governo e Sindicatos

reencontram sintonia

O governo e os parceiros sociais acordaram introduzir, no salário dos trabalhadores, a correcção do desvio de 1,9% da taxa de inflação referente a 2006 no Orçamento Geral do Estado de 2008. Esta decisão saiu, depois de uma discussão acalorada, da última reunião de Conselho da Concertação Social, que decorreu durante todo o dia 10, na Praia.

O executivo de José Maria Neves – que se fez representar no encontro pelos ministros do Trabalho e da Solidariedade e das Finanças e da Administração Pública – não queria, inicialmente, conceder tal aumento, alegando, conforme um dos participantes, falta de verba orçamentada para o efeito e a estabilidade macroeconómica. “Mas diante da insistência das duas centrais sindicais, a CCSL e UNTC-CS, a sessão chegou a ser suspensa para efeito de consultas. Posto isso, o governo veio a introduzir a correcção do desvio de 1,9% referente ao ano de 2006 no Orçamento do Estado de 2008” e não 2007 como pretendiam os sindicatos inicialmente.

Diante dos argumentos apresentados pelo governo, o documento mereceu a assinatura da UNTC-CS e da CCSL, já que em causa estava a reposição do poder de compra dos trabalhadores cabo-verdianos perdidos. “Ainda que tal aumento seja para o próximo ano, foi positivo ter que se cumprir o acordo de 2006, que previa um aumento salarial de 3,5% e mais a correcção do desvio da taxa da inflação que se viesse registar”, comenta o secretário-geral da maior central sindical nacional, Júlio Ascensão Silva.

Ainda conforme as decisões tomadas na sessão desta semana da CCS, ficou decidido que o “Acordo de Concertação Estratégica para a legislatura 2006/2011” será apresentado e discutido na próxima reunião daquele órgão de consulta do governo, prevista para acontecer em Maio deste ano. ADP



Tambarinas de ânimos exaltados em São Filipe

Os tambarinas em S. Filipe estão de ânimos exaltados. Tudo por causa da recente reunião do Conselho do Sector, em que se escolheu por maioria de votos dos presentes, antecipando as primárias, o edil Eugénio Veiga como candidato do PAICV às eleições autárquicas de 2008. O adversário deste, Luís Pires, denuncia que tal manobra visa inviabilizar as primárias que têm de acontecer a nível de todas as estruturas de base e avisa que vai pedir aos órgãos superiores do partido para fiscalizarem o processo todo.

Reunida na terça-feira, 11, para apreciar as candidaturas à presidência dos órgãos municipais nas eleições autárquicas de 2008, o Conselho do Sector do PAICV, dominado por veiguistas, submeteu, inesperadamente, à votação dos presentes os nomes de Eugénio Veiga e Luís Pires, que se disponibilizam para encabeçar a lista tambarina à Câmara local. Pires e seus apoiantes ignoraram, pura e simplesmente, tal processo, que dizem ser nulo e sem

efeito no âmbito das primárias. Ainda assim, Veiga obteve a maioria de votos dos 31 presentes à reunião.

Luís Pires avança que vai informar aos órgãos superiores do partido o que aconteceu na reunião, algo que, diz, está à margem dos estatutos do PAICV. “Estamos no início de um processo e a votação só acontecerá no fim das primárias, que devem contar com a participação de todos os militantes interessados e não apenas com o envolvimento de um grupinho não representativo existente a nível do CS”.

Pires critica que a actual liderança dá sinais de fragilidade e dificuldade em conduzir com isenção o processo das primárias, cuja última palavra deverá ser dada às estruturas de base existentes em todo o concelho de S. Filipe. “A votação que aconteceu na última reunião do Conselho do Sector é mais uma manobra para tentar enganar as bases de que não será necessário realizar as primárias. Fico com a impressão de que os apoiantes da candidatura adversária

estão com medo das primárias, que terão de ser realizadas”.

O líder local, Manuel da Luz, rebate, por seu turno, que o Conselho do Sector, constituído por 33 membros, é um órgão representativo das bases e apreciou, com base no artigo 90º dos Estatutos em vigor, as candidaturas à Câmara Municipal, expressando, através de votos, a sua posição sobre os dois possíveis concorrentes. “O conselho deixou às instâncias superiores do partido, nomeadamente a Comissão Política, o Secretariado Nacional e o Conselho Nacional, a responsabilidade de se pronunciar sobre a realização das primárias em S. Filipe”.

Da Luz refuta que não há nenhuma estratégia para inviabilizar as primárias, já que as duas partes até aceitaram acatar as decisões que os órgãos nacionais da direcção venham tomar sobre o assunto. Aquele dirigente tambarina conclui que o Conselho do Sector que preside está em condições de conduzir com normalidade e isenção o processo todo. ADP



Bases tambarinas defendem recandidatura de Orlando Sanches

PAICV procura candidato para Santa Cruz

O edil Orlando Sanches, o ministro José Manuel Andrade e o vereador José Jorge Silva são os potenciais candidatos que o PAICV já inventariou para a presidência da Câmara Municipal de Santa Cruz nas eleições autárquicas de 2008. Mas as preferências das bases recaem em Orlando, tido como um concorrente incontornável por causa do trabalho que vem realizando nesse concelho.

A Semana está em condições de avançar que fora da corrida poderá ficar José Manuel Andrade, por causa das elevadas funções de ministro da Justiça e membro da Comissão Política nacional que desempe-

nha neste momento.

Mas conforme informações recolhidas por este jornal, as bases preferem a recandidatura do edil Orlando Sanches, que em tempos havia manifestado a sua intenção de não concorrer a mais um mandato.

É que, segundo os tambarinas, Sanches será um candidato imbatível, por causa do seu “excelente desempenho” enquanto presidente da CMSC. Isto não só pelo seu carisma e sensibilidade para os problemas sociais mas também pelos vários projectos que tem em curso para aquele município do interior de Santiago.

“Orlando precisa de mais um mandato

para poder fechar o seu ciclo, já que há vários projectos de infra-estruturação do concelho em curso ou a arrancar brevemente. São os casos da fábrica de cimentos, o porto de Santa Cruz, o estádio municipal, a Casa do Direito, unidades hoteleiras, as barragens, entre outros importantes empreendimentos previstos”, perspectiva a nossa fonte.

O responsável local do PAICV, Carlos Alberto Silva, avança, porém, que está ainda por decidir quem será o candidato do seu partido às autárquicas de 2008 em Santa Cruz e recusa pronunciar-se sobre os nomes referidos, prometendo falar desse dossier só quanto tudo estiver decidido. ADP



TACV “fixa” B. Leza no Sal

A decisão da TACV – Cabo Verde Airlines de “fixar” o Boeing B. Leza no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral está a criar constrangimentos aos passageiros nacionais, que precisam fazer ligações para outras ilhas. Tudo indica que, por entre a “confusão” do AIAC, que só no último ano registou um aumento de procura na ordem dos 30%, alguns passageiros acabam por perder os voos de conexões e principalmente as suas bagagens.

A mudança das operações do Boeing “B. Leza” para o Sal é, ao que A Semana conseguiu apurar, uma decisão estritamente comercial. É que, segundo fontes deste jornal na ilha, este aparelho opera nas rotas Lisboa, Paris, Amsterdão, Munique e Itália a partir do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral. “Não faz sentido o boeing estar na Praia e ter de deslocar-se para o Sal antes das operações internacionais. Exactamente por isso, a empresa aproveitou a entrada em vigor do programa de Verão, que começou no dia 28 de Março e se prolonga até 27 de Outubro, para fazer esta alteração, que é comercial”.

Um outro factor que pesou nesta decisão, de acordo com as nossas fontes, é o facto de os voos do Sal serem essencialmente turísticos. Em números, afirma uma

das nossas fontes, 70% dos passageiros que quatro vezes por semana ocupam os voos Lisboa/Sal são turistas. “O voo Paris/Lisboa traz 60% de turistas, enquanto que o Amsterdão/Munique é misto. Entretanto, por altura das férias, a TACV faz um voo directo Sal/Amsterdão para trazer os emigrantes, que nesta altura procuram a companhia em grande número”.

Já o boeing “Emigranti”, que opera exclusivamente a partir da Praia, faz quatro ligações semanais para Lisboa, sendo que também transporta alguns turistas que ficam na região de Sotavento, duas para o Brasil e uma para os EUA. “É verdade que pode acontecer um ou outro problema com bagagem e/ou perda de ligação, em caso de atrasos dos voos internacionais. Neste caso, a responsabilidade é da TACV, que terá de acertar o relógio ou então procurar respostas alternativas para os utentes nacionais. Não tem nada a ver com a fixação do aparelho no Sal”, assegura a nossa fonte.

O aumento do movimento no AIAC, de acordo com uma outra fonte, tem a ver com os voos charter. “As pessoas pensavam que com a abertura do ADP a voos internacionais o movimento no AIAC conheceria uma redução. Pelo contrário,

pelos informações que temos, o Aeroporto do Sal registou um acréscimo de movimento na ordem dos 30%. Neste momento temos três voos semanais provenientes de Inglaterra, Dinamarca e Suécia feitos por companhias charter, a par dos voos do Boeing “B. Leza”. E há perspectiva de aumento com a abertura de mais hotéis na ilha”.

TACV REJEITA PROPOSTA DOS TRABALHADORES

A contraposta dos trabalhadores do Programa de Abandono Voluntário apresentado por Gilles Filitareaut foi rejeitada pela TACV. Estranho é que, de acordo com um dos trabalhadores que assinou a contraposta, a empresa diz que continua a aguardar uma reacção dos trabalhadores. “Na ilha do Sal foram 35 os trabalhadores que enviaram uma contraposta ao PAV apresentado pela TACV. Sabemos que existem trabalhadores no Sal e em Santiago que também enviaram contraposta. A TACV comunicou-nos que não aceita a contraposta, mas continua a aguardar uma reacção”, diz.

Mas os trabalhadores prometem continuar a negociar, desde que haja cedên-

cia de ambas as partes. “A TACV está a oferecer três meses de salário por cada ano de serviço e na nossa contraposta pedimos quatro meses de salário. Penso que poderíamos ficar pelo meio-termo, ou seja, três meses e meio por cada ano de serviço. Também pedimos pelo menos uma facilidade de viagem por ano. Neste aspecto a empresa mostra-se irredutível. No entanto, sabemos de pessoas de fora, agências de viagens e outros, que são agraciados com facilidades. Penso que o corte com a empresa, no nosso caso, que aí trabalhamos entre 10 e 20 anos não pode ser definitivo”, diz.

Tentámos ouvir as explicações da empresa sobre a fixação do “B. Leza” no Sal e sobre o pagamento das indemnizações, mas tal não foi possível. Depois de percorrer quase todos os departamentos da empresa, fomos encaminhados para o responsável de Planeamento para falar sobre a mudança de operações de voo do Boeing da Praia para a ilha do Sal, mas Pedro Sapinho esquivou-se dizendo que se trata de uma decisão superior da direcção da empresa e quem pode responder por ela é o director-geral, Gilles Filitareaut.

Constância de Pina

Sexta-feira, 13 de Abril de 2007

asemana

Correio das Ilhas

Aquacultura de espécies marinhas a caminho

Operadores nacionais e estrangeiros querem desenvolver em Cabo Verde a aquacultura de camarão, sargo, dourada e pargo, espécies marinhas que predominam sobretudo no continente europeu. Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP) já emitiu o seu parecer sobre os vários projectos apresentados, priorizando o desenvolvimento de tal experiência com as espécies nacionais que estão mais adaptadas ao nosso ecossistema.

Esta manifestação de interesse junto das entidades centrais para se reproduzir animais marinhos no nosso país tem partido de operadores nacionais e estrangeiros, com destaque para brasileiros, portugueses e espanhóis.

O Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas já emitiu, através da sua directora de investigação, Oksana Pariche, pareceres sobre alguns dos projectos apresentados, pareceres esses que foram solicitados pela DG das Pescas, Direcção-Geral do Ambiente e Cabo Verde Investimento. “Há pedidos para o desenvolvimento da aquacultura de camarão e alguns peixes que abundam nos mares

da Europa, como são os casos de sargos, dourada e pargos. Mas aconselhamos as autoridades nacionais a darem prioridade à reprodução de espécies nacionais, que são mais adaptáveis ao nosso meio ambiente”.

Sobre este particular, a nossa fonte avança que está em estudo, em parceria com as Canárias, o incremento de projectos-piloto para a aquacultura de polvo e ouriço existentes nos mares de Cabo Verde. Oksana acrescenta que está também concluído um pequeno estudo para se reproduzir esmoregal da nossa Zona Económica Exclusiva.

A responsável salienta, por outro lado, que a aquacultura das espécies estrangeiras referidas podem ser feitas, desde que sejam respeitados alguns requisitos essenciais, nomeadamente o estudo do impacto ambiental. É que, na óptica dessa técnica, a reprodução dessas espécies exóticas no território nacional tem o risco de introduzir doenças ou parasitas no ecossistema cabo-verdiano e fazer concorrência com os recursos haliêuticos do arquipélago.

Oksana Pariche lembra que, anos atrás, o INDP,

em parceria com a cooperação chinesa, chegou a experimentar a reprodução de mexilhões e ostras trazidos da China, mas a experiência resultou negativamente. “Por causa das condições ambientais, nomeadamente o clima quente e problemas na alimentação dos juvenis, tais espécies não conseguiram sobreviver”.

A directora de investigação no INDP considera que, de uma maneira geral, os projectos apresentados podem ser implementados, desde que sejam economicamente viáveis e respeitadas as preocupações que visem preservar o meio ambiente.

“O desenvolvimento da aquacultura é, hoje em dia, considerado como sendo uma alternativa de grande valor comercial para fazer face à escassez de recursos haliêuticos. Isso na sequência do crescimento do aumento da população e consequentemente do aumento da procura desses mesmos produtos nas várias partes do mundo. Trata-se, portanto, de uma actividade económica de muito interesse, mormente para um país como Cabo Verde”, conclui.

ADP



Falta água para rega ao redor da barragem

Agricultores de Levada, Poilão Fonseca e Bom Pau, no concelho de São Lourenço dos Órgãos, esperam o dia em que vão poder afinal utilizar a água da barragem de Poilão. Impacientes com a demora, alguns já chegaram a roubá-la. É que, depois da expectativa criada à volta dos benefícios da barragem, estão a ter de praticar agricultura de sequeiro onde antes havia regadio.

Segundo o agricultor Eusébio Sanches Almeida, 65 anos, desde as últimas chuvas que a água da Barragem se encontra parada, sem ser utilizada, situação que está a causar prejuízos aos agricultores das encostas, sobretudo aqueles que não possuem outra alternativa para regar as suas lavouras. “Perdi cerca de dois mil pés de sementeira incluindo repolho, pimentão e abobrinha por falta de água”, disse Sanches ao **A Semana**.

Eusébio Sanches conta que perdeu parte do regadio após a construção da barragem. Devido à água retida, o cultivo passou a ser de sequeiro. Segundo afirma, os responsáveis pela gestão da barragem haviam prometido que os agricultores perderiam determinada área de regadio mas que seriam introduzidas melhorias, como a rega gota-a-gota, à volta da barragem. Entretanto, diz, “até hoje nada disso aconteceu”.

Devido à demora em ter a água para a agricultura, Sanches tentou comprá-la na barragem para não perder o cultivo. “A agricultura é nosso único ramo de sub-

sistência, então tentei solucionar esse problema com os meus próprios meios mas não consegui”, explicou o agricultor. Depois disso, alugou um tractor para preparar o solo e tentou retirar água da barragem, mesmo sem permissão, tendo sido impedido pelos guardas.

A Semana soube, através de fontes que preferem o anonimato, que cerca de 23 agricultores estão a roubar água na barragem de Poilão. Sobre este facto, Eusébio Sanches afirma: “O direito é de todos; se alguns estão a roubar água, todos querem beneficiar dela”.

Questionado sobre a forma de rega antes da construção da barragem, aquele agricultor disse que havia um poço naquela zona, que ficou submerso. Diz ainda que a solução imediata é deixar os agricultores usar a água para rega ao invés de deixá-la estagnada a evaporar. “É da agricultura que vivemos!”, conclui Eusébio Sanches.

A Direcção-Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP), uma das entidades responsáveis pela gestão da água da barragem, iniciou na passada segunda-feira, 9, um levantamento topográfico visando a identificação dos agricultores que vão beneficiar com o projecto de aproveitamento de água da barragem de Poilão, segundo Manuel Barbosa Afonso, no momento a substituir o delegado do Ministério da Agricultura em Santa Cruz.

Trata-se de um projecto de irrigação com água bom-

beada da barragem e dirigida aos campos dos talhões I e II, situados na faixa compreendida entre a barragem e a zona de Macati. Afonso informa ainda que normalmente a rega a partir da barragem é feita por gravidade, mas por razões financeiras vai-se instalar como medida provisória um sistema de bombagem para os diferentes reservatórios situados numa zona mais alta, para posteriormente a água ser distribuída para as parcelas numa posição inferior, originando pressão suficiente para o funcionamento do sistema gota-a-gota.

Quanto à extensão da área que vai ser beneficiada com esse projecto, Afonso diz que esse dado só será possível revelar após o término dos trabalhos de levantamento topográfico, que vai identificar os agricultores a serem beneficiados em função do tamanho das parcelas e o nível e ou a quantidade de água existente na barragem.

Segundo aquele responsável, esse projecto está a ser executado pela Delegação do Ministério do Ambiente e Agricultura de Santa Cruz, que prevê ainda a instalação de uma rede de distribuição moderna para todo o perímetro agrícola de Ribeira Seca. “A meta é aumentar a área irrigada com o sistema de rega gota-a-gota e introduzir espécies hortícolas mais rentáveis de modo a abastecer o mercado nacional com produtos frescos”, assegurou.

Lília Mesquita

Violência no Liceu do Palmarejo: a versão do acusado

O caso da agressão a uma professora da Escola Secundária do Palmarejo, noticiado na edição anterior deste jornal, volta à tona: desta vez é a versão do acusado, o professor Celestino Sanches Furtado, que deixa entender que apenas reagiu à “uma postura de total desrespeito aos colegas” por parte da referida professora.

Celestino Furtado, acusado de ter agredido uma colega durante uma reunião de notas, afirma que tudo começou “quando os professores estavam reunidos para a atribuição da nota final e apreciação comportamento dos alunos da turma 9ºF, da qual é director”.

Segundo o referido professor, “o trabalho decorria da melhor forma possível” e ele, na qualidade de director da turma, estava a controlar os trabalhos dando sugestões para o avanço do mesmo. “O secretário estava lançando as notas

no computador daqueles professores que não conseguiram fazê-lo antes do encontro” diz. Nesse clima de tranquilidade, “de repente, a professora Maria Auxiliadora levantou da cadeira e numa atitude arrogante dirigiu-se ao secretário, questionando-o que estava a fazer”.

Para o professor acusado de agredir a sua colega, Maria Auxiliadora evidenciou na altura, uma “postura de desrespeito total aos colegas, o não reconhecimento dos outros como colegas e um desejo de impor o seu ponto de vista.” A situação, entretanto, ter-se-á agravado, segundo a mesma fonte, na sequência da atribuição do comportamento aos alunos da referida turma.

Dando prosseguimento ao seu trabalho, o conselho de turma decidiu atribuir a vários alunos o comportamento “suficiente”, o que contrariava, segundo Furtado, a posição de Maria Auxiliadora

que, “com a sua atitude de imposição, a todo o custo fazia com que aquilo que o conselho decidia ficasse “insuficiente”, atitude repetida várias vezes como forma de penalização dos referidos alunos” e na opinião de Furtado, infringindo as directrizes na atribuição qualitativa dos comportamentos.

A situação, que já estava tensa, agravou-se, acrescenta Furtado, quando, “na apreciação do aluno nº 39, o conselho decidiu “suficiente” e ela mais uma vez, e já com a tonalidade de voz mais alta, contrariou o conselho na sua decisão, alegando que o aluno era “insuficiente” porque ela já me tinha entregue uma participação do referido aluno e dos alunos números 35, 36 e 38”.

Na versão do professor acusado de agressão, ele, diante dessa postura reagiu “tranquilamente”, respondendo-lhe que ela apresentou somente uma

queixa do aluno nº 38. Então, conta, “Maria Auxiliadora reagiu e chamou-me de mentiroso com a tonalidade de voz alta, dando indícios de uma certa raiva, levantou-se da cadeira fazendo ao mesmo tempo vários gestos. Eu estava à frente dela, reparei na sua postura e, tendo em conta que ela tinha cortado o diálogo comigo no ano passado, deixando indícios de ódio, eu tive que contê-la com dois toques a mão aberta nos seus ombros, sem muita energia, isto em legítima defesa da minha integridade física e moral.”

Mas, ainda segundo Celestino Furtado, esta atitude de modo nenhum foi suficiente para acalmar a colega, que apanhou uma cadeira e lançou-a contra ele. “Eu respondi, atirando-lhe com uma cadeira. Que fique claro que eu não agredi com socos, como foi veiculado, e há quem testemunhe isso”, conclui.



A última lembrança da Laura

Encontrei-me com a Laura Spronacci há pouco mais de uma semana numa padaria da capital. Imagem totalmente mudada, ela exibia a felicidade do sucesso de uma cirurgia plástica feita em Dezembro passado no Brasil. Contou-me, e a outras pessoas que estavam comigo, os detalhes da cirurgia, o quanto tinha sido fácil ficar sem uns excessos na barriga e as marcas da idade no rosto, que nada tinham a ver com o seu espírito jovem.

Para além do que era visível, e ali num local público ela, naquele seu jeito liberto de ser, não se coibiu de me mostrar os seios, o sinal claro do sucesso da "geral" que tinha feito no Brasil. Quanto ao resto, ou seja, o gosto pelas coisas boas da vida, ela disse-me num jeito só seu: "Isto esteve sempre no lugar, não precisa de recauchutagem. Só o que ainda falta é uma última ida ao Brasil para um botox na testa".

Jamais imaginei que esta seria a última vez que via Laura com vida, depois de ter acompanhado o seu regresso, cheia de planos a Cabo Verde, na sequência de uma tentativa falhada de voltar a viver em Itália depois de radicada nestas ilhas desde os anos 90, quando a conheci, aqui na Praia. Era vê-la, nos últimos anos, a traçar o projecto da sua casa na Cidade Velha, a procurar o terreno mais interessante, a desenvolver novos sabores para o seu ponche, a comprar tintas num fim-de-semana de véspera de Natal para melhorar a imagem da sua Gruta.

Os afazeres do dia não eram suficientes para consumir-lhe as energias, por isto trans-

formou-se, também, em empresária da noite. Isto depois de ter pisado o arquipélago, pela primeira vez, acompanhando uma equipa de jornalistas desportivos italianos, o que aconteceu há cerca de dez anos. E de jornalista desportiva, como no início se apresentou, ela transformou-se apenas em Laura da Cidade Velha. Cidade que a acolheu e cujos moradores encontrei, em profunda dor, na quarta-feira passada, em frente à morgue do Hospital Agostinho Neto. Das pessoas com quem conversei, a sensação que se tinha era de incredulidade. Ninguém podia acreditar que tanta vida pudesse esvaír-se assim, e de forma tão brutal. Uma pessoa, diziam, amiga de toda a gente, sempre disponível a ajudar todo o mundo, morta na sequência de uma agressão do seu antigo parceiro, José Maria de Pina, mais conhecido por Val.

A Laura que conheci já não vai poder ir ao Brasil terminar uma cirurgia plástica que não tinha nada de futilidade ou busca da beleza. Ela só queria fazer com que o seu corpo tivesse a imagem da vida que lhe corria dentro da alma. E isto já não será possível por razões que os seus amigos da Cidade Velha, nem ninguém, não conseguem entender. MP

Catorze anos por roubo seguido de homicídio

Ismael e Humberto, os dois arguidos acusados da morte de António Andrade, guarda dos armazéns Vasconcelos Lopes, foram condenados pelo Tribunal de S. Vicente a 14 anos de cadeia, esta semana. Os réus foram enquadrados nos crimes de posse ilegal de arma de fogo e roubo qualificado – roubo seguido de morte –, cuja moldura oscila entre os oito e os quinze anos de prisão.

Ficou claro para o tribunal que os dois participaram activamente no roubo e que ambos espancaram a vítima de forma violenta, especialmente o arguido Ismael. Todavia, a ideia do assalto, ocorrido em Abril de 2006, partiu de Humberto, que terá induzido Ismael a entrar no esquema. A intenção seria imobilizar o guarda e roubar o dinheiro da venda de alguns materiais de construção.

Só que, assim que entraram no estabelecimento, foram surpreendidos por António Andrade. Embora armado com uma pistola, Andrade não conseguiu enfrentar a dupla de assaltantes. Acabou desarmado levou uma coronhada na cabeça e pontapés, acabando por morrer.

Durante o julgamento, Ismael e Humberto colocaram-se em trincheiras opostas. Cada um tentou incriminar o outro, postura que, na opinião do juiz, não ajudou o tribunal no esclarecimento cabal do caso. Apesar disso, a Justiça entendeu que ambos tiveram o mesmo grau de culpabilidade e aplicou a mesma pena aos envolvidos: catorze anos de cadeia e 1.400 contos de indemnização à família enlutada.

Inicialmente, pesava sobre os réus a acusação de homicídio qualificado, roubo, detenção de arma proibida e um deles ainda era acusado de danos. Porém, a interpretação do tribunal foi outra: para o juiz, os suspeitos terão cometido um homicídio por negligência grosseira e são culpados de posse ilegal de arma. Mas, em termos jurídicos, acabou por enquadrar a conduta dos suspeitos na figura de roubo qualificado.

Ismael e Humberto são cadastrados e já foram condenados por crimes contra a propriedade. Humberto chegou a beneficiar de um indulto presidencial, que ficou anulado devido ao seu envolvimento neste caso. Kim-Zé Brito

Barco que faz percurso do Pº António Vieira assaltado na Praia

Um barco que fazia o percurso do Padre António Vieira desde Portugal até ao Brasil, passando por Cabo Verde, foi assaltado na terça-feira, 10, no Porto da Praia. Um computador portátil, um sistema GPS e as câmaras de filmar, que serviam para a rodagem de uma película sobre o escritor, foram roubados de um compartimento mesmo ao lado onde os quatro tripulantes dormia.

A jornada, que faz parte de um projecto da Universidade de Aveiro, tinha começado em Portugal há um mês, e atracou na Praia na semana passada.

Quando os tripulantes se aperceberam do assalto, contactaram de imediato a polícia e, segundo um deles, "as autoridades responderam prontamente e estão a fazer tudo para que o material seja encontrado".

Segundo o mesmo tripulante, "a partida do barco para o Brasil é ainda uma incógnita" e permanecem na Praia até que o caso seja solucionado. CA

Sector do Loto

Concurso Nº2007/14 de 08 de Abril de 2007

TOTOLOTO

Números Extraídos: 10 - 18 - 29 - 41 - 44 - 48

1.º Prémio.....649.438,00.....0.....(JACKPOT)
2.º Prémio.....259.775,20.....5.....51.955
3.º Prémio.....389.662,80.....104.....3.746

JOKER

Número Premiado: 930163

1.º Prémio.....6.057.076,00.....0.....(JACKPOT)
2.º Prémio.....348.493,40.....0.....(JACKPOT)
3.º Prémio.....114.131,55.....2.....57.065
4.º Prémio.....190.219,25.....32.....5.944

Previsão para esta semana (Concurso 15 de 15-04-07)

TOTOLOTO

1 400 000\$00

JOKER

6 500 000\$00

Pode ser esta a semana da sua sorte. JOGUE!

Violência nas escolas ou indiferença na sociedade?!

Fico embasbacada, estupefacta, revoltada (q.b.) mas sobretudo triste e decepcionada perante a reacção dos cidadãos quanto à violência nos estabelecimentos de ensino em geral mas em particular naquele em que exerço, do qual me orgulho por ter tido a honra de ter ajudado a nascer – um dos “partos” mais difíceis nesses meus vinte e tal anos a serviço do professorado – e a crescer, no qual luto todos os dias junto aos meus, nossos pupilos, jovens adolescentes, para que absorvam, além de conhecimentos e desenvolvimento de aptidões, uma formação pessoal e humanismo reais/actuaes não só na sociedade em que se integram, os nossos grãos de terra – CABO VERDE – mas também por onde que se afastem e se fixem por esse mundo fora pois, de tal formação não poderão nunca se despojar.

Refiro-me à nossa querida ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JOSÉ AUGUSTO PINTO. Durante esses quase nove anos lectivos de existência nunca parámos (toda a equipa escolar) de crescer, de lutar em prol dos educandos que albergamos, na sua grande maioria com carências familiares/afectivas e sócio-económicas. Esses alunos são o que chamo de FLHOS DE MÃES CORAGEM; esses alunos poderão ser os homens, as mulheres de valor de amanhã mas antes terão de ser jovens dignos de hoje, se lhes forem oferecidas oportunidades, carinho, respeito, muita atenção... É este o nosso desafio, o nosso empenho, a nossa gratificação! Mas, não só na ESCOLA! Isto não basta!

A escola não é uma bolsinha de bombons fora do balaio, mas sim a porção mais procurada dentro do balaio de venda.

Se há violência nas Escolas é porque há violência fora dela. Cabe a cada um de nós como cidadão digno contribuir para que essa violência diminua pois acabar seria, acho eu, uma utopia. Se o aluno viver no

seio duma família (que família?!), onde só veja e sinta maltratos, se na rua só ouça gritos e insultos, para ele o facto acaba por ser normal e será essa “*normalidade*” que transportará consigo por onde quer que vá. Por favor, não falemos da Escola como algo à parte. Não leguemos culpas a nomes abstractos/colectivos como Estado, ministério, estabelecimentos de ensino que afinal são todos nós, cada um de nós. Se alguma culpa houver será dessa indiferença, desse “*laissez-faire laissez-passer*” que se apodera cada vez mais do cidadão comum, fechado na sua concha sem se abrir e partilhar com os que necessitam o tanto de bom que possui. Não fechemos os olhos porque o que vemos é feio. Abramo-los e façamos algo com palavras, gestos, pequenas doações, sorrisos... Para que o feio se torne bonito.

Participemos activamente em iniciativas boas que partem das equipas escolares (e não são poucas), colaborem com sugestões através dos representantes dos Encarregados de educação ou pessoalmente, mas não nos contentemos só em falar e excluir. Se continuarmos a fazê-lo, o que nos choca agora em breve nem sequer nos chocará pois fará parte da tal “*normalidade*”.

Estou cá a “*conversar*” e digo-vos emocionada: em nenhum instante sequer deixei de “*ver*” as carinhas contentes dos nossos adolescentes dentro e fora da escola; a dar-me sugestões para os vários encontros informais promovidos periodicamente na nossa Biblioscolar, sobre temas não só complementos ou suplementos dos programas leccionados mas também visando a tão importante formação pessoal e social; não deixei de lembrar a prontidão em ser útil, a avidez na procura de manuais pelas estantes tentando elaborar os trabalhos de grupo, a invasão pacífica de espaço nos intervalos para ultimar os estudos para os testes, a procura de livros de poesia (não nos espantemos) de autores vários, a sensibilidade

ao escrever e falar sobre os pais, a solidariedade, a paz no mundo, o Natal, o namoro, a família, as relações humanas, a própria violência... A participação nos debates opinando com um dinamismo e pontos de vista admiráveis... Vejo-os a falar-me do sonho de vestir a batina na cerimónia de finalistas, enfim vejo-os proporcionando-me a oportunidade única de aprender com eles... E de que maneira! Só ganho, nunca perco com o seu convívio.

Em nenhum momento desta reflexão me passou pelos olhos os actos agressivos existentes pois acredito que podem ser superados, minorados. Idealismo?! Porque não?! Acreditar, confiar, entregar-se, amar... O que seria da Humanidade sem idealismos?!

Cidadão sanvicentino, cidadão cabo-verdiano ou residente, visite o nosso cantinho escolar, converse com os professores da Direcção, com os outros professores, com os alunos e demais funcionários, ouça as nossas vitórias e frustrações, dê-nos sugestões para melhoria, suba à nossa Biblioscolar, consulte o nosso plano de actividades, veja as fotos, os dizeres, ande pelos corredores, sinta a escola!

Não descure porém os outros estabelecimentos de ensino. Vai cansar-se (são tantos!) mas vai valer a pena! Tenho a certeza!

O convite está feito. Ficamos à espera!

Com amizade e humildade,
Lavinia ST' Aubyn
/ Responsável pela Biblioscolar Pintinho,
Escola Dr. José Augusto Pinto/

Não leio, não escrevo.
Retiro do coração
E espalho no papel
A minha percepção da Humanidade!

P.S. Por favor, entre na nossa campanha de 1 livro; as caixas estão distribuídas pelos estabelecimentos comerciais. Obrigada.

asemana Sexta-feira, 13 de Abril de 2007

Ponto de Vista

Greve de professores, 5196 não aderiram, dirigentes sindicais renunciam

Acabou a querela dos números. Contas feitas, ilha por ilha, concelho por concelho e escola por escola, **a nível nacional, são 5.196 professores que não aderiram à greve dos sindicatos.** Segundo dados do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, este ano lectivo o país conta com **6.697 professores** em todos os níveis de ensino. Mas a função docente é abrangente. Os professores exercem funções na sala de aula, no apoio didáctico e pedagógico e no controlo e orientação pedagógica, a nível central, concelhio e local. Assim, desse colectivo de 6.697 professores, 4.817 que trabalham no ensino básico e secundário e 379 que exercem funções no ensino superior, controlo, orientação e apoio pedagógico, consideram que **a greve proclamada pelos sindicatos não tinha pés nem cabeça.**

A não adesão à greve varia de concelho para concelho e, no mesmo concelho, do ensino básico para o ensino secundário. **A não adesão à greve foi de 100% em 9 escolas do ensino secundário,** e em 21 das 32 escolas do ensino secundário a não adesão foi superior a 70%. No Sal e na Brava, a

não adesão à greve foi de 100%. A não adesão à greve foi também expressiva em S. Nicolau (98%), no Maio (94%), nos Mosteiros (90%) e em S. Vicente (89%). Dos 2.605 professores que *dão aulas* no ensino secundário, 1.828 não aderiram à greve dos sindicatos. A não adesão teve menos expressão na ilha de Santiago. Mesmo assim, dos 1.482 professores de Santiago, 782 não aderiram à greve (53%). Dos 777 grevistas no ensino secundário, 700 *dão aulas* em Santiago. A nível nacional, a não adesão à greve teve menor impacto na escola secundária Alfredo da Cruz Silva, 124 dos 144 professores e Amílcar Cabral, 176 dos 208 professores. A ladainha teve coro no seio dos fiéis da escola “*Amor de Deus*”, com 47 professores, a única no país onde a não adesão à greve foi de 0%. No Liceu Domingos Ramos, onde **os cabecilhas são isentos para trabalho sindical,** 79 dos 127 professores, além da greve, portaram-se como alunos irrequietos, entoando de cócoras, na praça do liceu, a canção “*menino de rua*” de Zézé de Camargo e Luciano. A televisão mostrou a maior desonra da classe docente.

A nível nacional, a não adesão à greve dos sindicatos foi de 78%. Apurada a lista, concelho por concelho, no mês de Abril, o **Ministério das Finanças resgata 6 mil contos no salário dos professores** que aderiram à greve dos sindicatos nos dias 22 e 23 de Março. E, como manda a lei da greve, os sindicatos vão ter que indemnizar aos 1.501 grevistas esses 6 mil contos. A lista nominal já se encontra disponível. Os sindicatos que se ajuízem. Felizmente, os 5.196 professores compreenderam que, na actual conjuntura, a greve não faz sentido. Caso contrário, se todos tivessem acudido à lengalenga, em vez de **6 mil contos,** os sindicatos indemnizariam aos professores **26 mil contos.** No Tarrafal 36 dos 97 professores do ensino básico e 44 dos 104 do secundário vão receber **400 contos.** Um grevista do pólo educativo de Chão Bom garante que não abre mão dos seus **4 contos.**

A não adesão à greve mostrou que afinal, **os sindicatos não representam a maioria dos professores.** A classe docente está de parabéns. Os professores não ce-

deram a nenhum tipo de pressão. Deram mostras de educador profeta que, no dizer do mestre Paulo Freire, “*molhado do seu tempo, analisa o caos e projecta a utopia*”. Face à não adesão, **os dirigentes sindicais renunciam.** Nem sequer fizeram o balanço da não adesão à greve, desobrigando-se dos professores.

O dia 23 de Abril, “*Dia do Professor Cabo-verdiano*”, vai ser um dia de céu azul e sol brilhante. Em vez da habitual festança, do mata-galo e mata-cana, deveria ser um dia de reflexão sobre a classe docente. Isto porque a não adesão à greve da grande maioria dos professores cabo-verdianos é uma lição de como, nesse “*belo*” dia, os **154 mil alunos** do pré-escolar, básico e secundário sugerem aos professores para, em vez do vulgar regabofe, promoverem uma ampla discussão sobre “*educação, sindicalismo e democracia*”, com abordagem multifacetada de questões de liderança sindical, informação e comunicação, pedagogia do diálogo e renovação das duas representações sindicais cujos mandatos estão caducos desde 2001 e 2004.

Florenço Mendes

MAIO E O SEU PADRE

UM GOLPE DURO PARA OS CRISTÃOS CATÓLICOS DA ILHA

AMIGOS,

No passado dia 15 de Fevereiro, o reverendo João Baptista de Barros, recém-empossado como superior da Congregação do Espírito Santo em Cabo Verde, deslocou-se à ilha do Maio com a missão de nomear o padre Moese Câmara como o novo pároco da igreja de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, em substituição do padre Isidore Nkwocha, isto, ao que parece, por conveniência da Diocese.

Estamos em crer que na origem desta decisão por parte do Sr. Bispo esteve um processo disciplinar instaurado pelo então superior padre Martins, ao padre Isidore, por este, alegadamente, ter tomado conhecimento de algumas atitudes injuriosas contra um missionário.

Em bom rigor, o Sr. Pe. Isidore que, em vez de ter observado as normas de conduta instituídas pela Diocese, isto é, ter recorrido à via hierárquica para dar conhecimento do seu desagrado, ou melhor, do seu descontentamento por tal episódio, quis antes escrever directamente ao bispo, manifestando assim a sua indignação por tal acto praticado contra o seu conterrâneo.

De facto, o Sr. Pe. Isidore, talvez levado pelo impulso, acabou por cometer uma infracção ao desrespeitar as normas estabelecidas. Contudo, e salvo o devido respeito que é muito, julgo que o Sr. Bispo da Diocese, na qualidade de pastor-chefe de todos os seus ministros,

devia ter agido com um pouco mais de benevolência, por forma a perdoar o Sr. Pe. Isidore da falta cometida, devolvendo-o à sua gente amiga e pacífica da Ilha do Maio, como cantou o nosso Betu :

"Djente k ka conche maldade."

Consequência disso, quem saiu a perder foi, sem qualquer margem para dúvidas, a Ilha do Maio que viu o seu padre honesto, amigo, trabalhador e totalmente dedicado à nobre causa do povo maiense, ser afastado da sua paróquia.

Não resta a menor dúvida que a saída do Pe. Isidore da ilha do Maio deixou um grande vazio no seio da comunidade cristã maiense, a qual somente o tempo se encarregará de preencher.

É difícil compreender que o abaixo-assinado (subscrito por cerca de dois mil cristãos católicos e não católicos da ilha) entregue ao Sr. Pe. Barros e do qual o Vaticano teve também conhecimento, não tenha produzido qualquer efeito útil.

Com o perdão da palavra, tudo leva a supor que o Sr. Pe. Barros recusou-se, intencionalmente, a escutar essas vozes peticionárias pois era já sua intenção promover o seu amigo e colega Pe. Moese como novo pároco da paróquia de Nossa Senhora da Luz do Maio.

Reflectindo melhor, acho que a voz de quase toda uma ilha deveria ter muito mais peso do que uma simples decisão ou vontade pessoais, ou pelo menos

esta ilha devia ter uma palavra mais considerada por aqueles que decidem.

O padre Isidore, no conceito do povo maiense, é alguém imbuído de um forte espírito de responsabilidade social, uma vez que esteve sempre presente na vida social, material e espiritual e, como ele próprio afirmou, a sua intenção era dignificar a paróquia e os seus paroquianos e que, por razões ainda ocultas, não o conseguiu, algo que se lamenta veementemente.

Releva ainda o facto de que, e por mais incrível que isso pareça, os cristãos católicos e não católicos da ilha do Maio ainda estão dispostos a custear a viagem de regresso daquele padre, caso o Pe. Barros reabra o seu processo, tal qual o prometera, permitindo o tão desejado regresso do Pe. Isidore à ilha.

Reza que o Pe Isidore ia de férias por três meses.

Julgo que o Sr. Pe. Isidore aceitaria de boa grado o convite para regressar novamente ao Maio. Como ele mesmo afirmou uma vez, sua missão é trabalhar com e para o povo e é este povo que o chama.

Caros leitores, peço-vos desculpa deste meu pobre e enfadonho artigo, mas foi a forma que achei para e de modo público manifestar o meu maior desagrado pela forma como tudo se processou.

Rolanda Spencer Hirsch
Washington DC 03.05.2007

O IESIG

Quando se pensa em tomar a iniciativa dum empreendimento, deve-se, em primeira lugar, examinar os prós e os contras que a sua execução acarreta, isto é, se esse empreendimento satisfaz ou não a maioria dos a ele sujeitos. Se se trata duma obra que, a todos os títulos, irá beneficiar a sociedade onde se localiza e a das regiões limítrofes é só levar avante o feliz pensamento.

É assim que, meditando profundamente sobre o assunto, os irmãos Graça e outros jovens resolveram criar a magnífica Instituição denominada IESIG – Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça, a primeira instituição do ensino superior privado em S. Vicente, no ano de 2002, cujos frutos já se vêem. O IESIG vai beneficiar jovens residentes em S. Vicente e nas outras ilhas do Arquipélago, sendo a primeira instituição nesse género criada em Cabo Verde.

É uma obra de carácter independente mas já oficializada pelo governo de Cabo Verde.

Ela tornava-se necessária, esta que, nas palavras do seu presidente, será uma instituição absolutamente completa para o futuro. Seria óptimo que outras pessoas lhes seguissem o exemplo, uma vez que valorizar o nosso Cabo Verde é uma tarefa de todos nós. A divulgação de tudo quanto é bom para o progresso do arquipélago, impõe-se, e eu faço-o com bastante interesse e prazer, convicto de que estou fazendo um trabalho meritório. Vamos, rapazes e raparigas, ergamos com coragem aquilo que Deus nos deu – o nosso torrão natal.

Outra faceta da obra é a sua designação Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça, que é uma honra para o pai que os lançou ao mundo.

Ele deve sentir-se orgulhoso dos filhos que tem.

Segundo o artigo 3º dos estatutos incertos na 3ª série do B.O. nº 32, de 20 de Abril de 2004, o objectivo do IESIG tem por missão a formação académica e profissional nas áreas tecnológicas, sociais e humanísticas, e poderá, mediante previa autorização ministerial, organizar e ministrar cursos noutras áreas, distintas das supracitadas.

Foi inaugurado, recentemente, o Curso de Direito, no qual já estão inscritas algumas dezenas de estudantes. As propinas no IESIG são, no Ensino Superior Privado as mais baratas que vigoram actualmente neste país.

Firmo Pinto

Sexta-feira, 13 de Abril de 2007

asemana

Carta do Leitor

Gabinete de Apoio às Vitimas de Violência Doméstica para uma cultura de "Não à violência"

Violência é uma coacção física e/ou moral, de carácter individual ou colectivo, exercido pelo homem, sobre o homem, na medida em que é sofrida como um ataque ao exercício de um direito reconhecido como fundamental ou a uma concessão do desenvolvimento humano possível num dado momento.

Etimologicamente violência vem do latim, da palavra que significa "força".

"Existe violência quando, numa situação de interacção, um ou vários actores agem de maneira directa ou indirecta, em massa ou dispersos, atacando uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja na sua integridade física ou na sua integridade moral, seja nos seus bens ou nas suas participações simbólicas ou culturais." (Michaud, 1978)

A violência doméstica é um problema social de dimensão universal que atravessa fronteiras de ordem cultural, económica, étnica, religiosa ou de género, afectando aos mais diferentes níveis, os indivíduos de um determinado contexto. "A violência doméstica ocorre em casa, no ambiente doméstico, ou em relação de familiaridade, afectividade ou coabi-

tação, é uma transgressão ao sistema de normas e valores que se reportam em cada momento, social e historicamente definido, a integridade da pessoa, inclui qualquer acto, inclusive de omissão, por parte dos membros da família, e quaisquer condições que resultam de tais acções ou inacções, privando outros membros da família de direitos e liberdades iguais, e/ou interferindo com o seu desenvolvimento normal e sua liberdade de escolha".

Tipos de Violência – doméstica, de género, familiar, contra a mulher, física, institucional, moral, patrimonial, moral, patrimonial, sexual, psicológica, relacionada com o contexto ou em relação objecto, sujeito da violência.

É pensando nessa problemática que o Gabinete de Apoio às Vitimas de Violência Doméstica, criado em Dezembro 2005 no Hospital Baptista de Sousa, e mais tarde, em Outubro de 2006 dimensionado para a esquadra do Mindelo, com uma estrutura diferente, uma equipa capacitada e dotada de competências para ajudar as vítimas de violência doméstica em São Vicente. O gabinete tem como missão, a protecção das vítimas através de atenção especia-

lizada e personalizada para conseguir elevar a auto-estima e a segurança da sua integridade pessoal.

Esse tratamento deve-se a uma equipa formada por sociólogos, psicólogos, jurista, agentes da POP, devidamente capacitados para o atendimento personalizado e comprometidos com o código da ética profissional.

O nosso objectivo é de conscientizar as vítimas a adoptarem uma cultura de "não a violência" Queremos que as vítimas se sintam protegidas, auto-confiantes e valorizadas; ajudá-las a modificar o seu comportamento, e reconhecer os limites de uma relação através de diálogo e capacitar o seu leque de pensamentos positivos.

Localização - instalações do Comando Regional da Polícia Nacional - Esquadra do Mindelo. Funciona das 8h às 12h e das 14h às 18h/Telefs: 132 ou 2314631

¹ TAVARES, Armindo; Violência Doméstica em São Vicente: Uma abordagem sociológica. Julho de 2006.

Elsa Almeida Lima,
Estagiária do Curso de Psicologia do Trabalho e Organizações no IESIG